MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Objeto: contratação de empresa especializada para execução, sob o regime de empreitada por preço global, da infraestrutura principal do sistema de abastecimento de água da Comunidade do Picadão, incluindo poço tubular profundo, bombeamento, tratamento, reservação, adução, instalações elétricas e hidráulicas, edificações de apoio, cercamento, pavimentação, ensaios, desinfecção e entrega técnica..

1ª FASE - PLANEJAMENTO

ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1.1	Erro ou insuficiência nos quantitativos	Falhas na memória de cálculo, incompatibilidade entre projetos e planilha ou utilização de parâmetros inadequados. Pode gerar serviços não previstos, aditivos, paralisações ou sobrepreço.	Média	Alto	Revisão técnica dos projetos, memoriais, quantitativos, orçamento, BDI e cronograma por profissionais habilitados. Conferência específica das vazões, do volume de reservação e dos quantitativos do poço.	Suspender a execução do item afetado, apurar a origem do erro e promover correção formal. Eventual alteração contratual somente poderá ocorrer quando juridicamente cabível e desde que não decorra de falha imputável à contratada na elaboração da proposta.	Município, quanto ao projeto e aos quantitativos por ele fornecidos; contratada, quanto à conferência dos documentos e à identificação de incompatibilidades antes da execução.
1.2	Incompatibilidade entre projetos, memoriais e planilha	Divergências entre projetos hidráulico, elétrico, estrutural, do poço, do reservatório e do tratamento.	Média	Alto	Compatibilização prévia de todos os documentos e emissão de versão final, com controle de revisão.	A fiscalização deverá determinar a suspensão do serviço incompatível e emitir orientação formal. A responsabilidade será atribuída conforme a origem da falha.	Município, quando a incompatibilidade estiver nos documentos licitatórios; contratada, quando decorrer de execução em desacordo com o projeto.

1.3	Estudos hidrogeológicos insuficientes	Dados insuficientes sobre profundidade, vazão, qualidade ou características do aquífero.	Média	Muito alto	Utilização dos estudos hidrogeológicos e geofísicos disponíveis, definição dos critérios de aceitação do poço e previsão de ensaios de vazão e qualidade.	Reavaliar a solução técnica com base nos resultados dos ensaios. Se a insuficiência decorrer de informação incompleta fornecida pela Administração, avaliar a necessidade de alteração contratual ou adoção de solução técnica compatível, observados os limites legais.	Compartilhado, conforme a causa do evento.
1.4	Indisponibilidade ou inadequação da área de implantação	Problemas de acesso, domínio, posse, servidões, topografia, drenagem ou interferências na área do poço, reservatório e edificações.	Baixa	Alto	Confirmar previamente a disponibilidade jurídica e física da área, os acessos e as condições para implantação.	Suspender a frente afetada, providenciar regularização ou indicar área tecnicamente adequada. O prazo poderá ser revisto quando o impedimento não decorrer da contratada.	Município, quanto à disponibilização da área; contratada, quanto à execução após a liberação.
1.5	Ausência ou atraso de licenças, outorgas e autorizações	Falta de autorização para perfuração, captação, uso de recursos hídricos, instalação elétrica ou execução da obra.	Média	Muito alto	Identificar as autorizações necessárias antes da ordem de serviço e definir expressamente, no contrato, a responsabilidade por cada providência.	Não iniciar a atividade dependente da autorização. Regularizar a pendência e reprogramar o cronograma, com eventual suspensão do prazo quando o atraso não for causado pela contratada.	Município, quanto às autorizações institucionais que lhe competirem; contratada, quanto aos documentos técnicos, registros e providências que forem de sua responsabilidade.
1.6	Orçamento incompatível com o mercado	Referências desatualizadas, composição própria inadequada, cotação insuficiente ou BDI incorreto.	Baixa	Alto	Utilizar bases oficiais vigentes, justificar composições próprias, documentar cotações, revisar o BDI e compatibilizar o orçamento com o regime de empreitada por preço global.	Corrigir a estimativa antes da publicação. Se a inconsistência for identificada após a contratação, avaliar o caso conforme a legislação, sem transferir à Administração riscos ordinários de mercado assumidos pela contratada.	Município.

1.7	Cronograma físico-financeiro inexequível	Subestimação do tempo necessário para mobilização, perfuração, ensaios, fabricação do reservatório, cura de concreto, instalações, testes e regularização.	Média	Alto	Elaborar cronograma com marcos específicos para perfuração, ensaio de bombeamento, fabricação e montagem do reservatório, instalações, tratamento, testes e recebimento.	Aprovar plano de recuperação, quando tecnicamente possível, ou reprogramar o cronograma. Aplicar sanções quando o atraso for imputável à contratada.	Contratada, quanto à elaboração e cumprimento; Município, quanto à aprovação e fiscalização.

2ª FASE - FASE LICITATÓRIA

ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
2.1	Impugnação ou pedido de esclarecimento com impacto no certame	Erros no Projeto Básico, orçamento, matriz de riscos, exigências de habilitação ou critérios de julgamento.	Média	Alto	Revisão jurídica e técnica integral antes da publicação. Garantia de coerência entre ETP, Projeto Básico, edital, contrato e anexos.	Responder fundamentadamente, corrigir os documentos quando necessário e republicar o edital com reabertura de prazo, se houver alteração relevante.	Município.
2.2	Licitação deserta ou fracassada	Exigências excessivas, preço incompatível, baixa atratividade, complexidade da perfuração ou ausência de empresas qualificadas.	Baixa	Alto	Pesquisa de mercado, orçamento realista, exigências proporcionais, ampla divulgação e definição clara dos riscos hidrogeológicos e critérios de pagamento.	Apurar as causas, revisar documentos e orçamento e promover novo certame, observada a legislação aplicável.	Município.
2.3	Habilitação de empresa sem capacidade técnica	Análise inadequada de atestados, CATs, registros profissionais ou comprovação de	Baixa	Muito alto	Designar equipe habilitada para análise técnica, estabelecer parcelas de maior relevância proporcionais e realizar	Inabilitação no certame ou adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis se o problema for descoberto posteriormente.	Município.

		experiência incompatível.			diligências para confirmar os documentos.		
2.4	Contratação de empresa sem capacidade econômico-financeira	Índices inadequados, análise superficial das demonstrações ou empresa sem capacidade de financiar a mobilização inicial.	Baixa	Alto	Aplicar exigências compatíveis com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, analisar balanços e, se justificado, exigir patrimônio líquido ou garantia nos limites legais.	Notificação, exigência de regularização quando cabível, aplicação de sanções, rescisão e convocação de remanescente, conforme o caso.	Município.
2.5	Recusa em assinar o contrato	Desistência da vencedora, perda de validade da proposta ou incapacidade de iniciar a obra.	Baixa	Alto	Prever prazo, sanções e procedimentos de convocação no edital e observar a validade da proposta.	Aplicar as sanções cabíveis e convocar os licitantes remanescentes, conforme a Lei nº 14.133/2021.	Município.
2.6	Proposta inexequível ou incompatível com os custos do objeto	Subestimação dos custos de perfuração, transporte, materiais, equipamentos, mão de obra ou mobilização.	Baixa	Alto	Avaliar a exequibilidade e exigir planilha compatível com a proposta, sem permitir alterações indevidas posteriores.	Promover diligências e adotar as medidas previstas no edital. Não serão reconhecidos custos ordinários decorrentes de erro de formação da proposta.	Contratada, quanto à formação da proposta; Município, quanto à análise de exequibilidade.

3ª FASE — EXECUÇÃO DA OBRA (ENGENHARIA)

ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
3.1	Mobilização insuficiente da contratada	Ausência de equipe, equipamentos, responsável técnico, instalações provisórias	Média	Alto	Exigir plano de mobilização, indicação dos responsáveis e comprovação de disponibilidade de equipamentos e equipe.	Notificar a contratada, fixar prazo para mobilização e aplicar sanções se o atraso for injustificado.	Contratada.

		ou recursos para início dos serviços.					
3.2	Perfuração do poço com profundidade ou características inadequadas	Condições geológicas diferentes das previstas, falhas de perfuração, colapso das paredes, perda de ferramentas ou necessidade de alteração construtiva.	Média	Muito alto	Utilizar estudos disponíveis, exigir equipe especializada, diário de perfuração, boletins geológicos, controle de materiais e acompanhamento por responsável técnico.	Avaliar tecnicamente a continuidade, alteração ou encerramento da perfuração. A solução deverá ser formalizada pela fiscalização e pelo responsável técnico, com alocação conforme a causa do evento.	Compartilhado: contratada quanto à técnica e à execução; Município quanto ao risco geológico não previsível adequadamente nos estudos.
3.3	Vazão do poço inferior à necessária	Baixa produtividade do aquífero, inadequação do ponto de perfuração ou condição geológica não identificada. Pode comprometer o abastecimento e exigir solução alternativa.	Média	Muito alto	Definir vazão mínima de aceitação, ensaio de bombeamento de longa duração, recuperação do nível estático e dinâmico e análise hidrogeológica antes do recebimento.	Elaborar relatório técnico, avaliar medidas de desenvolvimento do poço, aprofundamento ou adequação do sistema. Não receber definitivamente o poço que não atenda aos parâmetros, salvo solução formalmente aprovada e tecnicamente suficiente.	Compartilhado, conforme a causa e os parâmetros disponibilizados pela Administração.
3.4	Qualidade da água inadequada	Presença de contaminantes, parâmetros físico-químicos ou microbiológicos fora dos padrões, falha de proteção sanitária ou contaminação durante a execução.	Média	Muito alto	Cimentação sanitária adequada, proteção do poço, desinfecção, coleta e análise laboratorial por laboratório competente e definição do tratamento necessário.	Isolar a fonte, realizar nova desinfecção, repetir análises e ajustar o tratamento. Se a qualidade natural inviabilizar a solução, elaborar avaliação técnica e administrativa específica.	Contratada, quanto à contaminação decorrente da execução; Município/risco geológico, quanto à qualidade natural imprevisível do aquífero.
3.5	Falha no revestimento, filtros, pré-filtro ou	Especificação inadequada, instalação incorreta ou uso de materiais incompatíveis.	Média	Alto	Aprovação dos materiais, fiscalização da instalação, registro fotográfico e documental e ensaios de integridade quando aplicáveis.	Reparação ou substituição dos componentes, às expensas da contratada quando o defeito decorrer da execução ou do material fornecido.	Contratada.

	cimentação sanitária						
3.6	Atraso na fabricação ou entrega do reservatório	Falha do fabricante, problemas logísticos, especificação incompleta ou atraso na aprovação dos desenhos.	Média	Alto	Aprovar previamente os desenhos e especificações, exigir cronograma de fabricação e acompanhar a produção e a entrega.	Apresentar plano de recuperação, avaliar fornecedor alternativo compatível e aplicar sanções quando o atraso for imputável à contratada.	Contratada; Município quanto a atrasos de aprovação que lhe sejam imputáveis.
3.7	Fundação do reservatório inadequada	Sondagem insuficiente, erro de dimensionamento, execução inadequada, recalque ou condição de solo não identificada.	Média	Muito alto	Conferir projeto estrutural e geotécnico, exigir controle tecnológico do concreto, locação e conferência topográfica.	Suspender a montagem, realizar avaliação estrutural/geotécnica e corrigir ou reforçar a fundação.	Município, quanto à suficiência do projeto fornecido; contratada, quanto à execução.
3.8	Montagem inadequada do reservatório	Falha de soldagem, deformação, corrosão, problemas em escadas, guarda-corpos, conexões ou dispositivos de segurança.	Baixa	Muito alto	Exigir materiais certificados, procedimentos de soldagem, inspeção, testes de estanqueidade, proteção anticorrosiva e conferência dos dispositivos de segurança.	Rejeitar o serviço, exigir reparo ou substituição e repetir os testes antes do recebimento.	Contratada.
3.9	Falha do conjunto motobomba	Dimensionamento inadequado, potência insuficiente, operação fora da curva, instalação incorreta ou dano ao equipamento.	Média	Alto	Compatibilizar bomba, vazão, altura manométrica, diâmetros, painel, proteção e condições do poço. Exigir testes de desempenho e garantia do fabricante.	Substituir ou corrigir o equipamento, realizar novo teste e ajustar o sistema sem ônus para a Administração quando a falha for imputável à contratada.	Contratada.
3.10	Instalações elétricas inadequadas	Falhas em entrada de energia, quadro, proteção, aterramento, cabos, comandos ou	Média	Alto	Executar conforme projeto elétrico e normas aplicáveis, realizar testes de isolação, continuidade, aterramento e	Desenergizar a instalação, corrigir as não conformidades e repetir os ensaios.	Contratada; Município quanto à disponibilização da ligação externa que

		ligação à concessionária.			funcionamento dos dispositivos de proteção.		estiver sob sua responsabilidade.
3.11	Falha no sistema de tratamento e dosagem	Dosagem inadequada, falha de bomba dosadora, gerador de hipoclorito, sensores, tubulações ou armazenamento de produtos.	Média	Muito alto	Testar o sistema, fornecer manuais, orientar os operadores e estabelecer parâmetros de dosagem e controle.	Suspender o fornecimento para consumo, corrigir o sistema, realizar nova desinfecção e repetir as análises de qualidade.	Contratada durante a implantação e garantia; Município após a entrega, quanto à operação regular.
3.12	Vazamentos ou perda de carga na adução	Falha em juntas, conexões, válvulas, registros, assentamento ou teste da tubulação.	Média	Alto	Exigir materiais compatíveis, inspeção das juntas, teste de estanqueidade e limpeza da tubulação antes da entrada em operação.	Reparar o trecho defeituoso e repetir os testes, sem recebimento definitivo até a correção.	Contratada.
3.13	Interferências não identificadas no subsolo	Redes existentes, rochas, lençol freático, instalações ou obstáculos não indicados nos documentos.	Média	Alto	Verificar cadastros, realizar inspeção do local e adotar procedimentos seguros de escavação.	Paralisar o serviço, comunicar a fiscalização, avaliar a interferência e definir a solução. A responsabilidade será atribuída conforme a origem e a previsibilidade do evento.	Compartilhado.
3.14	Condições climáticas ordinárias	Chuvas e ventos dentro dos padrões sazonais que dificultem escavações, concretagem, transporte ou montagem.	Alta	Médio	Considerar os períodos de chuva no cronograma, proteger materiais e manter drenagem provisória.	Reprogramar atividades sem alteração automática do prazo. A prorrogação somente será admitida se houver impedimento efetivo e devidamente comprovado.	Contratada.
3.15	Evento climático extraordinário	Enchente, vendaval, tornado ou chuvas excepcionalmente intensas que impeçam a execução.	Baixa	Alto	Monitorar alertas oficiais, proteger o canteiro e manter registros no diário de obra.	Suspender as atividades afetadas, avaliar danos, reprogramar o cronograma e analisar eventual recomposição somente quanto aos	Compartilhado.

						prejuízos diretamente comprovados e juridicamente cabíveis.	
3.16	Acidente de trabalho ou risco à população	Falta de EPIs/EPCs, escavações sem proteção, trabalho em altura, içamento, instalações elétricas ou acesso de terceiros ao canteiro.	Média	Muito alto	Cumprir as normas de segurança do trabalho, isolar a área, sinalizar o canteiro, treinar equipes e manter responsável pela segurança.	Paralisar imediatamente a atividade, prestar atendimento, comunicar os órgãos competentes, corrigir as condições inseguras e aplicar as medidas contratuais cabíveis.	Contratada, sem prejuízo da fiscalização do Município.
3.17	Gestão inadequada de resíduos e produtos químicos	Descarte irregular de entulho, embalagens, lodos, materiais contaminados ou produtos utilizados no tratamento.	Média	Alto	Elaborar plano de gerenciamento, realizar segregação, armazenamento, transporte e destinação em local autorizado. Manter comprovantes.	Suspender a atividade irregular, providenciar a destinação correta e reparar danos ambientais.	Contratada durante a execução; Município quanto à operação posterior do sistema.
3.18	Vandalismo, furto ou dano a materiais e equipamentos	Ausência de controle do canteiro, armazenamento inadequado ou acesso de terceiros.	Baixa	Médio	Manter isolamento, sinalização, guarda dos materiais e controle de acesso.	Registrar a ocorrência, recompor os materiais e reprogramar os serviços. A responsabilidade será da parte que tiver dado causa ou assumido a guarda.	Contratada após a entrega do local para execução; Município quanto à segurança de bens sob sua guarda.

4ª FASE – TESTES, COMISSIONAMENTO E RECEBIMENTO

ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
4.1	Não atendimento à	Poço com baixa produtividade, bomba inadequada, perda de	Média	Muito alto	Realizar ensaio de bombeamento, testes de vazão, verificação da altura	Rejeitar o sistema ou determinar a correção da causa, conforme	Conforme a causa, observada a

	vazão de projeto	carga excessiva ou falhas no sistema de adução.			manométrica e testes integrados do sistema.	responsabilidade. Novo teste deverá ser realizado antes do recebimento.	alocação do item 3.3.
4.2	Não atendimento aos padrões de qualidade da água	Tratamento insuficiente, contaminação, falha de dosagem ou ausência de desinfecção adequada.	Média	Muito alto	Exigir análises laboratoriais, desinfecção do poço e da adutora e comprovação do funcionamento do tratamento.	Impedir o uso para consumo, corrigir o tratamento, repetir a desinfecção e realizar novas análises.	Contratada durante a implantação; Município após a operação, salvo vício de execução.
4.3	Falha no teste de estanqueidade ou funcionamento	Vazamentos no reservatório, tubulações, conexões ou equipamentos.	Média	Alto	Prever testes individualizados e integrados, com registros e relatórios.	Corrigir os vazamentos ou falhas e repetir os testes às expensas da contratada.	Contratada.
4.4	Entrega incompleta da documentação técnica	Ausência de as built, ARTs/RRTs, manuais, certificados, relatórios de ensaio, resultados laboratoriais ou documentos de regularização.	Média	Alto	Prever lista de documentos obrigatórios e vincular o recebimento à sua entrega.	Suspender o recebimento definitivo e exigir complementação documental.	Contratada.
4.5	Falta de capacitação dos operadores	Entrega da infraestrutura sem treinamento, instruções de operação, manutenção e segurança química.	Média	Alto	Exigir entrega técnica, treinamento e manuais antes do recebimento definitivo.	Realizar treinamento complementar e somente concluir o recebimento após comprovação.	Contratada durante a entrega; Município após a operação.
4.6	Falha de integração com a futura rede de distribuição	Cotas, pressão, vazão ou pontos de conexão incompatíveis com a futura rede, embora esta não integre o objeto.	Baixa	Alto	Definir no projeto os pontos de entrega, cotas, vazões, pressões e limites de responsabilidade.	Registrar a incompatibilidade e promover adequações dentro do escopo, se forem de responsabilidade da contratada, ou planejar solução específica para a futura rede.	Contratada quanto aos pontos previstos no projeto; Município quanto à futura rede de distribuição.

5ª FASE – GESTÃO CONTRATUAL E PÓS RECEBIMENTO

ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
5.1	Descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias	Falta de pagamento de salários, encargos, FGTS ou obrigações previdenciárias.	Média	Alto	Prever responsabilidade integral da contratada e exigir os documentos legalmente pertinentes para pagamento das medições, sem criar exigências desproporcionais.	Notificar, exigir regularização e adotar as medidas previstas no contrato e na legislação.	Contratada.
5.2	Baixa produtividade ou atraso injustificado	Falha de planejamento, equipe insuficiente, falta de equipamentos ou gestão inadequada.	Média	Alto	Acompanhar o cronograma, o diário de obra, a produtividade e os marcos de execução.	Exigir plano de recuperação, aplicar sanções e, em caso de persistência, instaurar procedimento para extinção contratual.	Contratada.
5.3	Fiscalização insuficiente	Falta de registros, medições inadequadas ou ausência de acompanhamento das etapas críticas.	Média	Alto	Designar gestor e fiscais com atribuições definidas, manter diário de obra, registros fotográficos, relatórios e controle das medições.	Determinar inspeção extraordinária, corrigir a medição e reforçar a equipe de fiscalização.	Município.
5.4	Medição ou pagamento indevido	Medição de serviços não executados, aceitação de materiais inadequados ou divergência entre percentual físico e financeiro.	Baixa	Alto	Vincular pagamentos à comprovação da execução, aos critérios de medição e ao cronograma físico-financeiro.	Glosar ou corrigir a medição, exigir restituição quando cabível e apurar responsabilidades.	Município, quanto à medição; contratada, quanto às informações fornecidas.
5.5	Atraso de pagamento pela Administração	Falha de liquidação, ausência de empenho, pendência documental ou insuficiência financeira.	Baixa	Alto	Planejar o fluxo financeiro, manter empenho e processar as medições dentro dos prazos contratuais.	Regularizar o pagamento e avaliar os efeitos legais, inclusive atualização ou encargos quando cabíveis.	Município.

5.6	Variação ordinária de preços de materiais, salários e equipamentos	Oscilações previsíveis de mercado posteriores à proposta.	Média	Médio	Exigir que a contratada considere os custos e riscos ordinários na formação do preço global.	Não haverá reequilíbrio por variações ordinárias previsíveis, ressalvadas as hipóteses legais de reajuste e revisão.	Contratada.
5.7	Alteração tributária ou legal com impacto direto	Criação ou alteração de tributo, encargo ou obrigação legal superveniente que impacte diretamente o contrato.	Baixa	Médio	Monitoramento das alterações legais e manutenção dos registros de custos.	Analisar eventual reajuste, revisão ou reequilíbrio, desde que demonstrado o impacto direto, superveniente e juridicamente indenizável.	Conforme a legislação e a causa do evento.
5.8	Alteração unilateral ou solicitação de mudança pela Administraçã o	Modificação do escopo, dos métodos ou das especificações por necessidade administrativa.	Baixa	Alto	Formalizar alterações, avaliar impactos e observar os limites legais antes da execução.	Celebrar termo aditivo quando cabível, com ajuste de preço e prazo.	Município, quanto aos efeitos da alteração que lhe seja imputável.
5.9	Defeitos ou vícios após o recebimento	Falhas ocultas, materiais inadequados, execução defeituosa ou desempenho inferior ao contratado.	Média	Alto	Realizar recebimento com testes, exigir garantias, documentação técnica e inspeção durante o período de garantia.	Notificar a contratada para reparar ou substituir os componentes, sem ônus para o Município, aplicando as medidas cabíveis em caso de recusa.	Contratada, quanto aos vícios e defeitos de execução ou fornecimento.
5.10	Operação inadequada após a entrega	Falta de manutenção, dosagem incorreta, ausência de análises ou operação por pessoal não treinado.	Média	Alto	Realizar entrega técnica, treinamento, fornecimento de manuais e definição das responsabilidades do Município.	Corrigir a operação, promover treinamento complementar e contratar manutenção específica, quando necessário.	Município após o recebimento, salvo defeito de execução ou falha de treinamento imputável à contratada.
5.11	Extinção contratual por	Abandono, inexecução, atraso grave, falhas	Baixa	Muito alto	Fiscalização contínua, notificações formais e	Instaurar processo administrativo, aplicar sanções, extinguir o contrato	Contratada, quanto aos prejuízos

	culpa da contratada	reiteradas ou incapacidade de conclusão.			aplicação gradual das medidas contratuais.	quando cabível e adotar medidas para conclusão do objeto.	decorrentes da sua conduta; Município, quanto às providências administrativas.
5.12	Extinção ou paralisação por fato da Administração	Falta de área, recursos, autorização ou decisão administrativa que impeça a continuidade.	Baixa	Muito alto	Somente emitir a ordem de serviço após verificar as condições necessárias à execução.	Suspender ou prorrogar o prazo, indenizar os custos comprovados quando cabível e adotar as medidas previstas na legislação.	Município.
5.13	Caso fortuito, força maior ou fato imprevisível	Evento extraordinário, inevitável e alheio à vontade das partes que impeça a execução.	Muito baixa	Muito alto	Monitorar fatores externos e manter comunicação imediata entre as partes.	Registrar o evento, avaliar a extensão do impedimento, suspender ou reprogramar a execução e analisar eventual reequilíbrio apenas quanto aos impactos diretamente comprovados.	Compartilhado, conforme os efeitos e a legislação.

SÍNTESE DA ALOCAÇÃO DE RISCOS POR FASE

PARTE RESPONSÁVEL	RISCOS
Município	Deficiências do projeto e dos quantitativos fornecidos; disponibilidade da área; autorizações institucionais sob sua responsabilidade; erros do orçamento elaborado pela Administração; atrasos de sua responsabilidade; fiscalização; pagamento; alterações solicitadas pela Administração.
Contratada	Mobilização; planejamento executivo; mão de obra; equipamentos; fornecedores; variações ordinárias de preços; execução dos serviços; segurança do trabalho; materiais; resíduos; instalações; montagem; testes; defeitos; atrasos injustificados; operação inadequada durante a garantia.
Compartilhado	Condições hidrogeológicas não previsíveis; eventos climáticos extraordinários; interferências não cadastradas; alterações legais com impacto direto; força maior; fatos imprevisíveis e de consequências incalculáveis.
Município após o recebimento	Operação rotineira; manutenção preventiva; produtos químicos; análises periódicas; vigilância e conservação, ressalvados vícios, defeitos ou falhas atribuíveis à contratada.

Nova Santa Rita, 04 de Agosto de 2026.

_____

Cleomar José Pietroski

Secretário Municipal de Agricultura

_____

XXXXXXXXX